

CEDI

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 31

Data: 12.03.76

Pg.: 14

## Salesianos admitem a venda das terras

Da Sucursal de  
BRASILIA

O padre Gonçalo Uchôa, da missão salesiana que atende aos índios bororos de Merure, em Mato Grosso, admitiu ontem que, no passado, os missionários realmente compraram e venderam terras indígenas, mas afirmou que tudo foi feito "para evitar a invasão da área por terceiros". Segundo Uchôa, toda a documentação sobre o assunto foi encaminhada à Funai e os argumentos apresentados "sempre foram compreendidos e aceitos como válidos pela Funai, inclusive pelo seu presidente, general Ismarth de Araújo Oliveira".

Reagindo à informação de que o processo de demarcação da área indígena bororo estava sendo retardado por terem sido encontradas irregularidades na documentação enviada pelos padres, envolvendo a venda ilegal de terras a terceiros pelos salesianos, o padre Uchôa considera que "a demora na demarcação está diretamente ligada à falta de interesse pelo índio e seus problemas". Ele conta que a primeira informação era que o atraso devia-se "ao fato de o nosso diretor, Rodolfo Lunkenbein, pertencer ao Cimi, o Conselho Indigenista Missionário, órgão muito criticado pela Funai. Agora, a Funai justifica o atraso com as irregularidades encontradas".

"Uma documentação comple-

ta sobre o problema foi entregue às autoridades da Funai, em Brasília e na 5.ª Delegacia Regional de Cuiabá, pelo diretor de Merure", afirmou o padre. E até hoje, segundo ele, "todas as pessoas da Funai que foram informadas sobre este fato — os motivos e circunstâncias que levaram os missionários a comprar terras para atender os índios e vender alguns pedaços das mesmas, garantindo sua proteção da invasão de terceiros — pareciam compreender a posição dos missionários".

Uchôa contou que os fatos citados pela Funai ocorreram em 1905. "O superior da missão — disse — comprou na região dois lotes pequenos que sempre foram usados para atendimento dos índios bororos. A medida foi tomada como segurança, pois, com a pacificação dos índios, começaram a entrar na região pessoas interessadas nessas terras. A compra não foi feita em nome dos índios, pois naquele tempo, como agora, não era possível fazê-lo com efeito jurídico".

De 1918 a 1921, essas áreas foram medidas pelo governo de Mato Grosso e os dois lotes foram entregues à missão salesiana com reserva para os índios. "Destes dois lotes, a missão salesiana nunca escriturou nada a seu favor — disse Uchôa. Nem a favor de terceiros. O governo do Estado, a partir de 1950, escriturou alguns pedaços a particulares e a Funai, em 1975, desmembrou

o trecho mais fértil para acrescentá-lo à reserva de São Marcos".

"Havia um terreno intermediário aos lotes mencionados — continuou o padre — que também era ocupado pelos bororos. Em 1960, Herondino Rodrigues, um fiscal de contas que tinha escriturado em seu nome vários lotes do território bororo, quis também se apoderar desse terreno, que chegava até bem perto da aldeia de Merure. Para evitar que isso ocorresse, o superior de Merure naquele tempo decidiu comprar essa área, que passou a chamar-se Lote São João Bosco. Como não tinha dinheiro para pagar o agrimensor, teve que ceder-lhe um pedaço dele. Parte do terreno foi, posteriormente, readquirida pela missão e parte ficou alienada, passando por vários donos. O atual proprietário, Abrão de Souza Medrado, é um homem pobre e doente, que espera por uma indenização do governo para deixar a área indígena".

O outro pedaço do terreno, segundo o padre Uchôa, foi cedido na mesma época a Leonidas Pereira, para que a área fosse protegida de invasores. Só que, agora, Leonidas também reclama — e com justiça — indenização por este pedaço de terra, que também se localiza dentro do projeto da reserva bororo. O lote de Abrão Medrado tem 272 hectares de terreno arenoso e o de Leonidas Pereira cerca de dois mil hectares.